



CT nº

CONTRATO que entre si celebram a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - **CODEVASF** e a _____, na forma abaixo.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - **CODEVASF**, Empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Conjunto I, doravante denominada **CODEVASF**, por meio da 8ª Superintendência Regional, CNPJ 00399.857/0029-27, situada na _____, CEP _____ - São Luís - MA, doravante denominado(a) **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Superintendente Regional, conforme Decisão nº 1316/2012 da Presidência da CODEVASF, de 20/09/2012, _____, _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado funcionalmente no endereço *supracitado*, e, a _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, _____, _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____ SSP-PI, residente e domiciliado na Av. _____ nº _____, Bairro _____, _____, resolvem assinar o presente Contrato de acordo com a **RESOLUÇÃO** nº _____, de _____, da Diretoria Executiva da CODEVASF, constante do **Processo Administrativo** nº _____, em decorrência da licitação objeto do **Edital** nº _____ - _____, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação aplicável, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a para a contratação de empresa para elaboração de programa e promoção de cursos de capacitação, visando à transferência da tecnologias agrotécnicas por meio de 10 (dez) capacitações a serem promovidas em municípios maranhenses, no contexto do projeto amanhã instituído pela 8ª Superintendência Regional da Codevasf.

2. Cláusula Segunda – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. TERMINOLOGIA E CONCEITUAÇÕES

- 2.1.1. Neste instrumento serão utilizadas as terminologias e conceituações relacionadas a seguir:
 - 2.1.1.1. Serviços Similares (capacitações) – execução de programas de capacitações no campo da tecnologia da agrotecnia;



- 2.1.1.2. Cronograma - representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, na qual são indicadas as suas diversas fases e respectivos prazos, aliados aos custos ou preços;
- 2.1.1.3. Contrato - documento subscrito pela Codevasf e pela Contratada que define as obrigações de ambas com relação à execução dos serviços;
- 2.1.1.4. Contratada - empresa interessada na execução dos serviços objeto destes Termos de Referência;
- 2.1.1.5. Fiscalização - equipe da Codevasf indicada para exercer, em sua representação, a fiscalização do contrato de execução dos serviços; e
- 2.1.1.6. Nota de Empenho - documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

2.2. ESCOPO DOS SERVIÇOS

2.2.1. O escopo dos serviços objeto destes termos de referência contempla a elaboração de um Programa de Capacitação com ênfase em 10 (dez) atividades diferentes agropecuárias para atender à demanda de alunos da UEFAMA e ARCAFAR em municípios do Estado do Maranhão, visando às capacitações de alunos de 2 (dois) Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e 3 (três) Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão – UAEFAMA, sito aos Municípios de Lago do Junco, Sucupira do Norte, Anajatuba e Grajaú, e de 5 (cinco) das Casas Familiares Rurais – CFR's da Associação das Casas Familiares Rurais do Maranhão – ARCAFAR sito aos Municípios de Itapecurú-Mirim, Araisos, Amarante, Santa Luzia e Timon.

2.2.1.1. As 10 (dez) capacitações deverão ser executadas em conformidade com o Programa de Capacitação, previamente apresentados durante o processo de licitação, e os Planos de Trabalhos a serem elaborados na primeira semana de contratação, em conjunto com a UAEFAMA e ARCAFAR. Os Planos de Trabalhos deverão ser nas atividades de Capacitação em Operação e Mecânica de Tratores, produção de Horticultura, produção de Milho, produção de Melancia, produção de Batata-doce, produção de Macaxeira, produção de Abacaxi, produção de Pimenta, produção de Acerola, e em produção de Goiaba.

2.2.1.2. As capacitações ocorrerão durante todo o processo e serão direcionadas aos alunos das:

- a) 2 (dois) Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA);
- b) 3 (três) Escolas Familiares Agrícolas (EFA's);
- c) 5 (cinco) das Casas Familiares Rurais – CFR's;



2.2.2. METODOLOGIA DE TRABALHO

2.2.2.1. A empresa proponente, a ser contratada, deverá elaborar um Programa de Capacitação, com ênfase na transferência da tecnologia operacional agropecuárias aos alunos de 2 (dois) Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e 3 (três) Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão – UAEFAMA, sito aos Municípios de Lago do Junco, Sucupira do Norte, Anajatuba e Grajaú, e de 5 (cinco) das Casas Familiares Rurais – CFR's da Associação das Casas Familiares Rurais do Maranhão – ARCAFAR sito aos Municípios de Itapecurú-Mirim, Araisos, Amarante, Santa Luzia e Timon selecionados pela contratante que promoverá os respectivos cursos. As propostas deverão ser contextualizadas em conformidade a seguinte sequência:

- a) Assinatura do contrato de prestação de serviços;
- b) Realização de reunião com os responsáveis pela elaboração Planos de Trabalhos a serem elaborados na primeira semana da contratação da empresa vencedora do certame, em conjunto com a equipe da 8ªGRR/UDT, UAEFAMA e da ARCAFAR, visando ao nivelamento e conformidade temporal das ações de capacitação, em conformidade ao Programa de Capacitação previamente apresentado pela contratada, contratada;
- c) Planejamento das ações de capacitações na forma de Planos de Trabalhos a serem elaborados na primeira semana da contratação da empresa vencedora do certame, em conjunto com a equipe da 8ªGRR/UDT, UAEFAMA e da ARCAFAR, visando ao nivelamento e conformidade temporal das ações de capacitação;
- d) Indicação, pela contratante, de um coordenador dos Planos de Trabalhos, com anuência da 8ªSR/Codevasf, o qual terá por função, coordenar, monitorar e proceder a elaboração de relatórios mensais aferentes a todas as etapas operacionalização, efetivação e conclusão das capacitações;
- e) Elaboração e apresentação à contratante de um Planos de Trabalhos de Capacitação agropecuárias para os alunos de 2 (dois) Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e 3 (três) Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão – UAEFAMA, sito aos Municípios de Lago do Junco, Sucupira do Norte, Anajatuba e Grajaú, e de 5 (cinco) das Casas Familiares Rurais – CFR's da Associação das Casas Familiares Rurais do Maranhão – ARCAFAR dos Municípios de Itapecurú-Mirim, Araisos, Amarante, Santa Luzia e Timon;
- f) Seleção dos alunos que participarão das capacitações agropecuárias: estes serão indicados pela Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) da UAEFAMA, e pelas Casas Familiares Rurais – CFR's da ARCAFAR;
- g) Realização das capacitações;
- h) Apresentação de Relatórios Mensais e Final dos serviços e capacitações realizadas, a serem submetidos à aprovação da instituição contratante, condição necessária à quitação das parcelas financeiras.



2.2.3. PRODUTOS

2.2.3.1. Seguem abaixo os produtos que deverão ser entregues ao final de cada etapa do serviço contratado:

- a) **PRODUTO 1:** Elaboração e apresentação à contratante de Planos de Trabalhos a serem elaborados na primeira semana da contratação da empresa vencedora do certame, em conjunto com a equipe da 8ªGRR/UDT, UAEFAMA e da ARCAFAR, visando ao nivelamento e conformidade temporal das ações de capacitação agrotécnicas, em conformidade com o discriminado nos Termos de Referência – Anexo I, para os alunos de 2 (dois) Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e 3 (três) Escolas Familiares Agrícolas (EFA's) da União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão – UAEFAMA, sito aos Municípios de Lago do Junco, Sucupira do Norte, Anajatuba e Grajaú, e de 5 (cinco) das Casas Familiares Rurais – CFR's dos Municípios de Itapecurú-Mirim, Araisos, Amarante, Santa Luzia do Tide e Timon;
- b) **PRODUTO 2:** Cadastramento e fornecimento de materiais técnicos/didáticos;
- c) **PRODUTO 3:** Realização de 10 (dez) Cursos de Capacitações Agrotécnicas em 10 (dez) unidades educacionais da UAEFAMA e da ARCAFAR, visando à capacitação de 30 (trinta) internos em cada um dos Centros de Formação Familiar por Alternância (CEFFA) e Escolas Familiares Agrícolas (EFA's), e pelas Casas Familiares Rurais – CFR's da ARCAFAR:
 - a) Capacitação em Operação e Mecânica de Tratores e Máquinas Agrícolas;
 - b) Capacitação em produção de Horticultura;
 - c) Capacitação em produção de Milho;
 - d) Capacitação em produção de Melancia;
 - e) Capacitação em produção de Batata-doce;
 - f) Capacitação em produção de Macaxeira;
 - g) Capacitação em produção de Abacaxi;
 - h) Capacitação em produção de Pimenta;
 - i) Capacitação em produção de Acerola;
 - j) Capacitação em produção de Goiaba;
- d) **PRODUTO 4:** Relatórios Mensais dos serviços/capacitações realizados, a serem aprovados pela instituição contratante.
- e) **PRODUTO 5:** Relatório final dos serviços/capacitações realizados, a serem aprovados pela instituição contratante.

2.2.4. DOS SERVIÇOS OBJETO DE CONTRAPARTIDA DA PARCEIRA DO PROCESSO

2.2.5. Não está a cargo da CONTRADADA a realização dos serviços abaixo descritos, os quais serão objeto de contrapartida das Unidades da UAEFAMA e da ARCAFAR, parceira no processo. Sendo de responsabilidade da CONTRATADA coordenar e acompanhar todos os serviços objeto de contrapartida, visando ao preparo das aulas teóricas e práticas no processo de capacitação:

- a) Preparo das áreas para aulas de campo que deverá seguir práticas conservacionistas e incluir o fornecimento e a operação de máquinas e implementos agrícolas, tais como arados, grades, subssolador e escarificador e



grades niveladoras, os quais serão objetos de contrapartida das Unidades da UAEFAMA e da ARCAFAR, parceiras no processo;

b) Serviços de correção e a adubação do solo, a partir dos insumos ou de esterco bovino curtido fornecidos pelas Unidades da UAEFAMA e da ARCAFAR, parceira no processo;

c) Plantio das culturas, tratos culturais e colheita, a partir dos insumos fornecidos pelas Unidades da UAEFAMA e da ARCAFAR, parceiras no processo, com base nas capacitações específicas.

2.2.6. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

2.2.6.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

2.2.6.2. A Consultora poderá substituir as normas da ABNT ou por outras aceitas internacionalmente, desde que demonstre, a critério da Codevasf, que as substituições são equivalentes ou superiores.

2.2.6.2.1. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela Codevasf.

2.2.6.3. Redação - a documentação pertinente será, obrigatoriamente, apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

2.2.6.4. Encadernação - a encadernação dos relatórios parciais e finais poderá ser em espiral, não sendo aceita com garra plástica.

2.3. LOCALIZAÇÃO E ACESSO AOS MUNICÍPIOS E INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS DISPONÍVEIS

2.3.1. Os estudos e serviços objeto da presente licitação serão executados nos 09 (nove) municípios abaixo relacionados:

Município	Distância para a capital do Estado (São Luís)
Amarante do Maranhão	679,0 Km
Anajatuba	138,00 Km
Araíoses	482,00 Km
Grajaú	557,00 Km
Itapecurú-Mirim	118,00 Km
Lago do Junco	319,00 Km
Santa Luzia	297,00 Km
Sucupira do Norte	511,00 Km
Timon	427,00 Km

3. Cláusula Quarta - DOS DOCUMENTOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:



- a) Edital nº _____ e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, datada de _____ e sua documentação;
- c) Plano de Trabalho constante da Proposta da CONTRATADA;
- d) Cronogramas Físico e Financeiro;
- e) Demais documentos contidos no Processo nº _____.

4.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

5. Cláusula Quinta – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O prazo para execução dos serviços objeto da licitação será 140 (cento e quarenta) dias corridos contados a partir da assinatura do contrato, com eficácia legal após a publicação do respectivo extrato, no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93.

5.2. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

6. Cláusula Sexta – DO VALOR

O valor do presente contrato é de R\$ _____ (_____).

6.1. No preço constante do *caput* desta cláusula estão incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, seguros, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

6.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

6.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

7. Cláusula Sétima – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTAMENTO

7.1. É admitida repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou equivalente, vigente à época da apresentação proposta, quando a variação dos custos for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

7.3. Caso o contrato contemple mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, a repactuação será dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.



7.4. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe a CONTRATADA a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

7.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

7.6. A CONTRATADA poderá exercer, perante a CODEVASF, seu direito à repactuação dos preços do contrato até a data da prorrogação contratual subsequente.

7.7. Caso a CONTRATADA não efetue de forma tempestiva a repactuação e prorrogue o contrato sem pleiteá-la, ocorrerá a preclusão do direito de repactuar.

7.8. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, do novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, conforme for a variação dos custos da repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

7.9. Com base em ocorrências registradas durante a execução do contrato, poderão ser negociados os seguintes itens gerenciáveis: auxílio doença, licença paternidade, faltas legais, acidente de trabalho, aviso prévio indenizado e indenização adicional.

7.10. Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável. Cabe a CONTRATADA comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

7.11. A repactuação que ocorrer a partir do segundo ano de vigência do contrato terá o percentual do item “aviso prévio trabalhado” zerado, visto que esse custo é pago integralmente no primeiro ano de contrato.

7.12. É vedada a repactuação dos preços mediante indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, consoante o disposto no art. 4º do Decreto nº 2.271/1997.

7.13. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- d) a nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- e) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
- f) a disponibilidade orçamentária da CODEVASF.



7.14. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

7.15. A CODEVASF poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação produzirão efeitos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

7.17. No caso do previsto no subitem 9.16, “c” e 9.19 do edital regulador do certame, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. A CODEVASF deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

7.19. Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob análise da CODEVASF será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

7.20. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos e será lavrado termo aditivo ao contrato vigente.

7.21. A Contratada deverá apresentar cópia do acordo, convenção, dissídio coletivo ou equivalente que rege a categoria profissional vinculada à execução dos serviços.

7.22. O prazo referido no subitem 9.20, do edital regular do certame, ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Codevasf, para a comprovação da variação dos custos.

7.23. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93



7.25. As demais despesas que não se refiram à remuneração de mão de obra, vantagens e benefícios decorrentes de sentença normativa, acordo, convenção ou dissídio coletivo, serão reajustadas após o período de 01(um) ano, contado do mês de apresentação da proposta da contratada, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = V \left[\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right], \text{ onde:}$$

“R” é o valor do reajuste procurado

“V” é o valor contratual a ser reajustado

“I₁” é o índice correspondente ao mês do aniversário da Proposta

“I₀” é o índice inicial correspondente ao mês de apresentação da Proposta

7.25.1. Nos reajustamentos subseqüentes ao primeiro, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajustamento ocorrido.

7.25.2. Os índices a serem considerados no reajustamento serão extraídos das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas – IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, Coluna 06, Código AO200045.

8. Cláusula Oitava – DOS RECURSOS

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta do _____ consoante Nota de Empenho nº _____, emitida em _____, no valor de R\$ _____.

9. Cláusula Nona– DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A CODEVASF pagará em reais à CONTRATADA pelos mediante a apresentação dos Relatórios Mensais e Final em conformidade com os produtos previstos, conforme os percentuais a seguir:

- a) Relatório Mensal 1 (Produto 1, 2 e 4) → 20% (vinte por cento);
- b) Relatório Mensal 2 (Realização das capacitações referentes aos itens “a”, “b”, “c” e “d” do Produto 3) → 35% (trinta e cinco por cento);
- c) Relatório Mensal 3 (Realização das capacitações referentes aos itens “e”, “f”, “g” e “h” do Produto 3) → 35% (trinta e cinco por cento);
- d) Relatório Final (Realização das capacitações referentes aos itens “i” e “j” do Produto 3) → 10% (dez por cento);

9.1.1. Os serviços serão pagos mediante apresentação relatório detalhado das atividades, a serem apresentadas mensalmente

9.1.2. Os preços global e unitário incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições



previstas no Edital regulador do certame, constituindo-se na única remuneração pelos trabalhos contratados e executados

9.2. Para efeito de pagamento será observado o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

9.3. A CONTRATADA não poderá pagar salários inferiores aos indicados na Proposta Financeira.

9.4. As faturas/Notas Fiscais só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que, serão de forma imediata, devolvidas à Consultora para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.

9.5. É de inteira responsabilidade da Consultora, a entrega à Codevasf dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada. O não atendimento implicará em desconsideração, pela Codevasf, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

9.6. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida neste contrato remunera inteiramente a Consultora pela execução dos serviços, incluindo:

- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
- d) Hospedagem, alimentação e transporte.

9.7. Não será pago serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas neste contrato, ou que não seja executado em plena conformidade com os mesmos.

9.8. O pagamento referente a cada medição será efetuado após a conferência e atesto da fatura, o qual, também, está condicionada à comprovação e documentos abaixo relacionados:

- a) Folha de pagamento e comprovantes de pagamento de salários dos funcionários relativo ao mês anterior ao da prestação dos serviços objeto da Nota Fiscal, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CODEVASF.
- b) Comprovação de recolhimento à Previdência Social, através da GPS – Guia de Previdência Social (Art. 31, da Lei 8.212, de 24/07/91), juntamente com o relatório SEFIP/GFIP contendo a relação dos funcionários.
- c) Comprovação dos recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante GRF – Guia de Recolhimento do FGTS.



d) Comprovante de quitação de outras obrigações definidas em lei ou em Acordo ou Convenção Coletiva.

e) Comprovação de recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, ISS referente ao município em que está executando os serviços. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da CODEVASF, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

e.1) Caso o município onde serão executadas os serviços, não disponha de convênio com a Secretaria do Tesouro Nacional, para retenção do ISS, a Contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal o formulário DAM – Documento de Arrecadação Municipal, correspondente ao valor do ISS da Nota Fiscal anteriormente apresentada, com a identificação do número da respectiva Nota Fiscal e alíquota incidente, com a devida comprovação de pagamento, conforme Lei Complementar nº. 116/2003.

9.9. As comprovações relativas ao INSS, FGTS e ISS a serem apresentadas deverão corresponder à competência anteriormente ao do mês da emissão da NFS apresentada. Quando o serviço for realizado em município conveniado com a Secretaria do Tesouro Nacional, ocorrerá por parte da Codevasf, a retenção do ISS, por intermédio do SIAFI.

9.10. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar:

- a) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do INSS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei 8.212/91, bem como a IN 971/09 – SRF;
- b) Base de cálculo, alíquota e o valor a ser retido do ISS, referente aos serviços realizados em atendimento à Lei Complementar 116/2003;
- c) O valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço

9.11. Não constituem motivos de pagamento pela CODEVASF serviços em excesso, desnecessários à execução dos serviços e que forem realizados sem autorização prévia da Fiscalização. Não terá faturamento serviço algum que não se enquadre na forma de pagamento estabelecida neste contrato.

9.12. Os documentos de cobrança indicarão obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF e que cubram a execução dos serviços.

9.13. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

9.14. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratuais, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.



9.14.1. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

9.15. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo citado no subitem 10.2. para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.

9.16. A atualização monetária será admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Codevasf, desde que a Consultora não tenha concorrido de alguma forma para o atraso e só será devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

9.17. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:

$AM = P \times I$, onde:

AM = Atualização Monetária

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$I = (1 + IM1/100) \times d \times 1/30 \times (1 + im2/100) \times d \times 1/30 \times (1 + imn/100) \times d \times 1/30 \times \dots - 1$, onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

9.17.1. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo, o último índice conhecido.

9.17.2. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

9.17.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

10. Cláusula Dez - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Fiel Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, com prazo de vigência não inferior ao prazo de vigência do contrato, em uma das seguintes modalidades, a critério da CONTRATADA:

10.1.1. Caução em dinheiro;



10.1.2. No caso de opção por Caução em dinheiro, o interessado deverá obrigatoriamente efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, conforme art. 1º - Inciso IV - do Decreto-Lei nº. 1.737/79, em conta remunerada, vinculada à Codevasf, que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

10.1.3. A Caução em dinheiro pode ser efetivada por pagamento de boleto bancário ou depósito identificado em conta corrente específica, a critério da Codevasf.

10.1.4. Títulos da Dívida Pública:

10.1.4.1. Serão aceitos Títulos da Dívida Pública, desde que emitidos pelo Tesouro Nacional e custodiados na CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, ou junto a instituições financeiras, sob as regras do SELIC – Sistema Especial de Liquidez e Custódia de Títulos Públicos Federais, e avaliado pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).

10.1.4.2. Devem, ainda, os Títulos da Dívida Pública ser revestidos de Liquidez livremente negociados no mercado de valores mobiliários e sua titularidade estar gravada em nome da empresa contratada. Nesta modalidade, a contratada deverá, ainda, transferir a posse dos títulos à Administração até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato ou até o adimplemento da sanção aplicada.

10.1.4.3. Os Títulos da Dívida Pública deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, condições de resgate.

10.1.5. No caso de opção pela Fiança Bancária:

10.1.5.1. A Carta de Fiança deverá ser devidamente registrada em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determina o art. 129 da Lei nº. 6.015/73.

10.1.5.2. Na carta fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro.

10.1.6. Seguro-Garantia:

10.1.6.1. Via original da apólice completa, ou seja, com as Especificações Técnicas do Seguro, Condições Gerais e as Condições Especiais da Garantia, impressas em seu verso ou anexas. Alternativamente, poderá ser emitida apólice com certificação digital;



- 10.1.6.2. A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da CERTIDÃO DE REGULARIDADE expedida pela SUSEP;
- 10.1.6.3. A apólice deve contemplar a cobertura para riscos e ações Trabalhistas e Previdenciários da CONTRATADA em relação à obra e serviços;
- 10.1.6.4. A apólice deve prever a cobertura para multas contratuais impostas à CONTRATADA, oriundas do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador para a execução do objeto do contrato.
- 10.1.6.5. A apólice deverá estar assinada, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados;
- 10.1.6.6. A apólice deve observar as Circulares nº 232/2003, 239/2004, 251/2004, 255/2004, 256/2004 e 477/2013 da SUSEP e aquelas que porventura venham a complementá-las ou substituí-las, conforme instruções da própria superintendência, através de sua carta-circular n. 02/2013;
- 10.1.6.7. Para apólices com Importância Segurada superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deve ser apresentado documento comprobatório do resseguro da apólice;
- 10.1.6.8. O seguro-garantia deverá ser livre de franquia;
- 10.1.6.9. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do contrato;
 - b) Objeto a ser contratado, especificado neste contrato;
 - c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (CONTRATANTE);
 - d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
 - e) assinatura, com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autorizados
 - f) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (Tomadora da Apólice).
- 10.2. Após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços contratados.

Alfonso

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

8ª Superintendência Regional – 8ª SR

- 10.3. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 10.4. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.

11. Cláusula Onze – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na seguinte forma:
 - 11.1.2. Nos caso de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
 - 11.1.3. Nos casos de inexecução parcial dos serviços, será cobrada multa de 5% (cinco por cento do valor da parte não executada do contrato);
 - 11.1.4. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do serviço em atraso.
- 11.2. A multa a que alude este item não impede que a CODEVASF rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 11.3. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.
- 11.4. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEVASF ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
 - 11.4.2. Antes da cobrança judicial, a contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 8ª Unidade Regional de Finanças – 8ª/UFN da CODEVASF, localizada na Sede da 8ª/SR da CODEVASF.
 - 11.4.3. A utilização da garantia obriga a contratada a renová-la pelo prazo restante, caso o contrato continue vigente após a aplicação da penalidade.
- 11.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CODEVASF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
 - I - advertência;
 - II - multa, na forma prevista no subitem 11.1;
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CODEVASF pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 11.5 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.7. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 11.5 é de competência exclusiva do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.
- 11.8. O fiscal instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo Superintendente Regional.
- 11.9. A aplicação das sanções previstas no item 11.5 faculta ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 11.10. A manifestação da contratada será apreciada pelo Superintendente Regional, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.
- 11.11. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Diretoria Executiva da CODEVASF. O recurso será dirigido a Diretoria Executiva da CODEVASF, por intermédio do Superintendente Regional, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 11.12. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 11.13. Da decisão do Diretoria Executiva da CODEVASF não caberá recurso.
- 11.14. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

12. Cláusula Doze – DAS INTERRUPÇÕES DOS SERVIÇOS

As eventuais interrupções ou atrasos na execução dos serviços provocados por motivos supervenientes, independentes da vontade da CONTRATADA, conforme descrito no art. 393 do Código Civil Brasileiro, deverão ser comunicados à CODEVASF, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência. Neste caso, a critério da CODEVASF, os dias de paralisação poderão ser compensados, por igual período, ao final do prazo fixado na Cláusula Terceira deste instrumento.

- 12.1. Para efeito de compensação de prazo, serão levados em consideração os atrasos ocasionados pela falta de entrega, à CONTRATADA, de elementos técnicos



necessários ao início ou prosseguimento dos serviços, quando tal providência couber à CODEVASF.

- 12.2. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo, quando baseados em fatos não comunicados à CODEVASF, por escrito, ou por esta não aceitos.

13. Cláusula Treze – DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução do serviço será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art. 67, da Lei 8.666/93.
- 13.2. A Fiscalização dos serviços será feita diretamente pela Codevasf através de empregado formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram. O apoio à fiscalização será realizado através de equipe contratada pela Codevasf sob o acompanhamento do empregado acima designado.
- 13.2.2. Com fundamento nos arts. 54, § 1º, *in fine*, e 55, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, a CODEVASF, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão 1125/2009 – Plenário do TCU.
- 13.3. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.
- 13.4. Fica, ainda, assegurado à CODEVASF e a seus técnicos o direito de acompanhar, fiscalizar e participar total ou parcialmente, direta ou através de terceiros, dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
- 13.5. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 13.6. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente.
- 13.7. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.



- 13.8. Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 13.9. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

14. Cláusula Quatorze– DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 14.1. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços.
- 14.2. O contratado deverá manter um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-lo na execução do contrato (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 14.3. Proceder à aquisição de todos os bens e custear todas as despesas necessárias ao pleno desenvolvimento das ações de planejamento, coordenação e efetivação das capacitações, em conformidade com o estabelecido nos Cronogramas Físico-Operacional e Financeiro descritos nas Planilhas PFS I a PFS 9, constantes do Anexo II do Edital regulador do certame.
- 14.4. Apresentar, no prazo máximo de 140 (cento e quarenta) dias, contados a partir da assinatura do contrato, o Relatório Final das ações de capacitações realizados, a serem submetidos à aprovação da instituição contratante.
- 14.5. Apresentar um Programa de Capacitações com a descrição detalhada dos serviços.
- 14.6. Disponibilizar aos profissionais contratados para realização das capacitações as condições necessária aos deslocamento, estadia e alimentação.
- 14.7. Utilização de pessoal experiente, bem como equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 14.8. Com base nas especificações técnicas e planilhas de custos a equipe da contratada será responsável pela aquisição, transporte e aplicação de todo o material necessário à execução dos serviços.
- 14.9. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução dos serviços objeto desta licitação.
- 14.10. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços.
- 14.11. Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias, para possibilitar a perfeita execução dos serviços no prazo contratual.
- 14.12. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 14.13. A Consultora deverá cumprir cada uma das normas regulamentadoras (NR) sobre Medicina e Segurança do Trabalho.



- 14.14. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta.
- 14.15. A contratada no certame se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 14.15.2. Nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93, a CODEVASF se reserva no direito de aplicar multa, na forma prevista neste Convite, caso a contratada esteja com suas certidões irregulares na data de pagamento de sua fatura; caso a irregularidade não seja sanada no período de 30 (trinta) dias, rescindir-se-á o contrato, com aplicação das medidas administrativas e judiciais, garantindo, primeiramente, o contradito e a ampla defesa.
- 14.16. Requerer a exclusão da CODEVASF, da lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas propostas por empregados da contratada, em decorrência da execução contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.
- 14.17. A contratada se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de ser aplicada sanção administrativa, na forma prevista no edital regulador do certame e no contrato que será assinado, garantindo a ampla defesa e o contraditório.
- 14.17.2. Para acompanhamento da exigência acima, a contratada se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar a CODEVASF a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.
- 14.18. A Consultora será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 14.19. Os trabalhos podem ser apresentados nos modelos padrão da Codevasf (planilhas, cadernetas, cartas, relatórios, etc.) ou em modelos que incluam todas as informações do padrão estabelecido.
- 14.20. A Consultora deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, no âmbito interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da fiscalização, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 14.21. A Consultora será responsável por quaisquer acidentes de trabalho, referente a seu pessoal, que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado à terceiros.
- 14.22. A Consultora é obrigada a obter, por sua conta, todas as licenças e franquias e ao pagamento de encargos sociais, impostos municipais, estaduais e federais, que incidirem por conta da execução dos serviços.



- 14.23. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, na 8ª Superintendência Regional.
- 14.24. A contratada é responsável, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral, se houver, das despesas do escritório referentes à água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados, sem qualquer ônus para a Codevasf.

15. Cláusula Quize – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços, como também, por eventuais acidentes de trabalho referentes ao seu pessoal por conta do serviço contratado/ou por ela causado a terceiros.

- 15.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.
- 15.2. Não serão indenizados pela CODEVASF os prejuízos que possam advir de erro, de qualquer equívoco da proposta ou de má administração da CONTRATADA.
- 15.3. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano, material ou pessoal, causado a terceiros ou à CODEVASF, durante a execução dos serviços contratados.

16. Cláusula Dezesseis – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a consequente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA e nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

17. Cláusula Dezessete – DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 17.1. Após o término dos serviços, a contratada requererá à Codevasf, por meio do representante designado para fiscalizar o Contrato, o recebimento provisório dos serviços/capacitações que deverá ocorrer no prazo de até 15 dias da data da solicitação.
- 17.2. A 8ªSR/Codevasf, por meio da fiscalização do Contrato, terá até 90 (noventa) dias para verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas pela 8ªSR/Codevasf, para emissão do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato com a liberação da caução.
- 17.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente ou refaça os serviços/capacitações, rejeitadas. Aceito e aprovado os serviços/capacitações, a 8ªSR/Codevasf emitirá Termo de Encerramento Definitivo do Contrato que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da caução contratual.
- 17.4. A última fatura de serviços/capacitações somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, que deverá ser anexado ao processo para liberação e pagamento. Após a entrega dos

Adesiv

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

8ª Superintendência Regional – 8ª SR

produtos, a Consultora requererá o recebimento definitivo dos serviços. A Consultora entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado no item 19 e seus subitens são condicionantes para:

- a) A emissão do atestado de execução dos serviços;
- b) A emissão do termo de encerramento físico; e
- c) A liberação da caução contratual.

18. Cláusula Dezoito – DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

19. Cláusula Dezenove – DO FORO

Fica eleito o Foro Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís, para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

São Luís (MA),

Superintendente Regional – 8ª SR
CODEVASF

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

NOME:

CPF:

2. _____

NOME:

CPF: